

A construção da identidade indígena na sociedade contemporânea

Paulo Bocca Nunes

RESUMO: A questão indígena abre o debate para a construção da identidade e o reconhecimento. O texto faz uma breve trajetória desde o “achamento” do Brasil pelos portugueses até os dias atuais, analisando os aspectos de não reconhecimento da cultura dos povos indígenas, o aparelhamento usado para a assimilação desde os jesuítas até o Regime Militar, na década de 1970. Também trata da resistência indígena para manter a sua cultura o seu reconhecimento com a Constituição Federal de 1988.

PALAVRAS-CHAVE: Índio. Identidade.

ABSTRACT: The indigenous issue opens the debate for the construction of identity and recognition. The text makes a brief history from the “achamento” of Brazil by the Portuguese until today, analyzing the aspects of non-recognition of the culture of indigenous peoples, the rigging used for assimilation from the Jesuits to the military regime in the 1970s . it also deals with the indigenous resistance to maintain their culture its recognition with the 1988 Federal Constitution.

KEYWORDS: Indian. Identity.

O antropólogo Darcy Ribeiro apresentou um cenário nada animador em seu livro *Os índios e a civilização* em que analisou as relações entre as sociedades indígenas com as frentes de expansão da sociedade nacional. O resultado foi em forma de denúncia: oitenta e sete grupos indígenas deixaram de existir entre 1900 e 1957. Segundo Grupioni, trinta anos depois dessa pesquisa o contingente populacional tem crescido de forma constante. Podem ser apontados dois fatores para essa mudança: o primeiro diz respeito à consciência que os próprios povos indígenas têm de compartilharem “a mesma história de exploração e de violação de seus direitos elementares” e da “tomada de consciência da possibilidade de construir uma identidade comum” (GUPIONI, 2001, p. 9). Para o autor, é a partir de um contexto de conflito, gerado por desinformação, preconceito e intolerância, que devemos procurar entender a presença indígena no Brasil dos nossos dias: um movimento indígena e uma opinião pública favoráveis a um destino adequado aos povos indígenas; de outro lado, setores da sociedade que veem os índios como um entrave ao desenvolvimento e ao progresso. No entanto, a questão do índio ‘ser índio’, apresenta dois aspectos: primeiro diz respeito ao processo de apagamento de sua memória cultural ao longo de quinhentos anos de domínio do colonizador e, em segundo, a partir da reivindicação dos seus direitos consolidados pela Constituição de 1988, quando os povos indígenas passaram a um processo de reconstrução cultural que o antropólogo Eduardo Castro chamou de “reindianização” (CASTRO, 2006).

A partir da visão do colonizador europeu pode se perceber o choque entre culturas diferentes. Na carta ao Rei D. Manuel, Pero Vaz de Caminha descreve como os índios observavam os portugueses beijarem a cruz de madeira que fora construída e deixada à beira de um rio e, logo depois, fizeram o mesmo quando acenado pelos próprios portugueses. Caminha escreve que se entendessem a fala, logo seriam cristãos, segundo a “santa tenção” do próprio rei que “tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação” (CAMINHA, 2012) daqueles indígenas.

Através das cartas de cronistas, viajantes e aventureiros, os índios eram descritos e vistos seres humanos degradados que viviam como selvagens e canibais, mas possuíam todo o potencial para se tornarem cristãos. Foi o que levou missionários a tomarem o

rumo do Novo Mundo, como o fez Carlos Manuel da Nóbrega e enfatizou o seu propósito em Diálogo sobre a conversão do gentio, em que expressou a disposição da “conquista espiritual” dos jesuítas, levando as “palavras reveladas” aos índios (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 29). Para o europeu, o índio precisava receber uma forte dose de civilização, pois era visto como selvagem e inferiores. Ainda segundo Oliveira e Freire, sendo o século XVI renascentista, ao submeter-se aos valores cristãos, o índio tornou-se humanizado. Os índios aliados eram considerados pacíficos, trabalhadores, constituíam família e andavam vestidos, enquanto os índios “bravos”, ou bárbaros, eram antropófagos, andavam nus e guerreavam contra os colonizadores (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 29).

O índio passou a fazer parte do projeto colonial brasileiro, mas não como protagonista, e sim como ser colonizado e escravizado. Segundo Oliveira e Freire, o projeto colonial “envolveu uma política indigenista que fragmentava a população autóctone em dois grupos polarizados, os aliados e os inimigos, para os quais eram dirigidas ações e representações Contrastantes” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 35). Aqueles que não aceitavam a conversão cristã tornavam-se inimigos. Os aliados eram levados de suas aldeias e aldeados próximos às povoações coloniais para serem “catequizados e civilizados”, tornando-se vassallos do rei. No entanto, a partir de 1549, com o estabelecimento do Governo-Geral, intensificaram-se as incursões para capturar o índio e fazer dele a principal mão-de-obra para trabalhar em engenhos e na edificação de prédios e igrejas.

O domínio sobre a cultura do índio intensificou-se à medida que o Brasil ganhava importância para o projeto colonial português, e a Igreja teve forte participação na aculturação do índio. Enquanto os missionários combatiam as religiões indígenas e os seus representantes, os pajés, os meninos índios eram educados através de “música sacra e de práticas litúrgicas, utilizando os jesuítas instrumentos pedagógicos como catecismos, vocabulários e gramáticas elaboradas com o auxílio de intérpretes” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 47). Para isso, houve a adoção do aprendizado da língua indígena, o tupi que era a mais falada, para permitir o ensino do evangelho através da leitura e escrita.

O cultivo da cana-de-açúcar baseado na mão de obra escrava no negro africano deslocou o interesse das ordens religiosas para o trabalho de catequese dos povos indígenas, dando prosseguimento ao processo de aculturação. Não obstante a esse domínio, os povos indígenas passaram a oferecer resistência mais forte a partir do século XVII. Os povos indígenas sofreram a ação do colonizador não apenas pela força, mas também com as doenças trazidas que quase dizimaram povos inteiros. No século XVIII, a Coroa portuguesa define um novo rumo para o projeto colonial e estabelece, entre outros pontos, “a civilidade dos índios”. Foi dessa forma que, em 1757, foi implantado o “Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão” pelo governador do Maranhão e Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 70).

O documento determinava sobre a economia e administração dos aldeamentos, além de mandar os principais indígenas governassem as aldeias. No entanto, por serem os índios considerados brutos e ignorantes, cada povoamento passou a ter um diretor com domínio da língua. Isso tirou das mãos dos missionários o poder de aculturação dos índios, passando para as mãos do governo imperial. O Diretório definiu outros aspectos: a introdução da língua portuguesa pelos povos colonizados e a prescrição da língua geral, no caso, o tupi; a instrução e a comunicação entre os indígenas deveriam ser feitas, exclusivamente, em português; as crianças indígenas passariam a frequentar escolas públicas onde seriam ensinados “ofícios domésticos”; os índios passariam a receber sobrenomes como em Portugal; as famílias passariam a viver em casas separadas e a andarem vestidos (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 71-72).

No final do século XIX, os índios sofreram perdas das terras de seus ancestrais e muitos sobreviviam como trabalhadores assalariados que “eram muito explorados [...] e os confinamentos levavam ao esquecimento dos ritos tribais” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 76). A resistência dos povos indígenas seguiu pelo século XIX entrando no seguinte para chegar à década de 1970 com o projeto de emancipação por parte do regime militar vigente no período.

Segundo Castro, o objetivo era tirar da tutela do Estado aqueles que se tornaram não-índios, ou seja, aqueles indivíduos que não apresentassem mais os estigmas da indianidade que fossem necessárias para o reconhecimento de seu regime especial de cidadania. De acordo com o antropólogo, não se constituía em responder quem era índio, mas quem não era. Seria a forma de consolidar todo um processo que se arrastava desde o início da colonização: fazer o índio desocupar a terra para o uso privado. Foi, no entanto, a partir desse evento que deu início a outro processo: “desinvisibilizou” os índios, que eram virtualmente inexistentes como atores políticos nas décadas de 1960 e 1970 fazendo com que eles mesmos passassem a atores e agentes políticos no cenário nacional. Desta forma, passam a reivindicar o reconhecimento constitucional e a “implementar projetos de retraditionalização marcados por um autonomismo ‘culturalista’” e “algumas comunidades rurais situadas nas áreas mais arquetipicamente ‘camponesas’ do país reassumem sua condição indígena” (CASTRO, 2006).

Segundo Grupioni, estima-se que haveria cerca de seis milhões de indivíduos na chegada dos europeus no século XVI divididos em vários povos, cada qual com a sua língua e cultura próprias. Pagliaro, por sua vez, estima que, atualmente, existem mais de 200 povos indígenas falantes de, aproximadamente, 180 línguas, distribuídas por todo o território nacional, tanto em áreas rurais quanto urbanas, com características sociais e culturais, trajetórias históricas, econômicas e políticas das mais diversas formas. A população total dos povos indígenas, a depender da fonte, soma entre trezentos e cinquenta e

setecentos e quinze mil pessoas, número que não ultrapassa 0,5% da população nacional (GRUPIONI, 2001, p. 7-9). Para enfrentar esse processo inverso, de “reindianização”, o pesquisador afirma que os grupos indígenas se organizaram e atuaram de forma ativa no cenário nacional a partir de uma conscientização de construir uma identidade comum, ou seja, “ser índio”.

Esse aspecto vem ao encontro do que constatou a socióloga, Maria Carvalho, quando ela enumera uma série de ações que permitiram uma grande mudança na aldeia de Barra Velha dos índios pataxó, no sul da Bahia. Depois de ser constatada a situação de extrema penúria e dificuldades, em 1971, além da ação do governo federal, as escolas criadas para os povos indígenas passaram a ter professores indígenas. Esse procedimento passou a respeitar tanto a Constituição de 1988 quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena de 1999 que reconheceram o conjunto de saberes produzidos pelos povos indígenas que “comporia a base do conteúdo de aprendizagem e formação curricular das escolas indígenas, e se articularia ao conjunto de saberes presentes nas diversas áreas do conhecimento ocidental” (CARVALHO, 2007).

Para essa “reindianização” efetivar-se, plenamente, o fator histórico ainda iria influir naquilo que se considerava, ou imaginava, ser “índio”. Se desde o século XVI o índio era visto como um ser sem cultura, tanto a Constituição de 1988 quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena de 1999 mudaram esse panorama no papel, mas não de fato. Ainda hoje, a nossa sociedade não reconhece o índio como alguém pertencente a uma cultura diferente. Isso fica bastante claro no vídeo Pluralidade Cultural: Índios do Brasil. Quem são eles? Pessoas entrevistadas falam que pouco, ou quase nada, sabem sobre os índios no Brasil e estudantes dizem que sabem o que aprenderam nas escolas. Outras consideram o índio preguiçoso e, se o índio fosse para a cidade, soubesse ler e escrever, ter objetos que o homem branco usa, já não pode ser considerado índio. Conforme os depoimentos dos representantes indígenas há muita falta de informação por parte das pessoas sobre a vida e a cultura do índio.

Sob esse aspecto, Luís Grupioni aponta três fatores que refletem na dificuldade de informações sobre os indígenas: a falta de comunicação cultural entre os índios e os brancos no Brasil devido ao fato de os índios não disporem de “canais regulares de comunicação e de expressão política no cenário nacional”; o conhecimento fragmentado e parcial que existe acerca das sociedades indígenas; e a forma como a imprensa e os livros didáticos tratam da questão indígena (GRUPIONI, 2001, p. 10-11). Conforme já foi visto, a história da colonização do Brasil passou pelo não reconhecimento da cultura dos povos indígenas, mas sendo esses considerados povos em seu estado de civilização mais atrasado. Mentalidade essa que ficou constatada no Diretório, documento de 1757, considerando os índios ignorantes para dirigirem as suas próprias comunidades, e seguiu mesmo depois no perí-

odo Republicano.

Mas, e ser índio constitui-se em quê? Como determinar quem é e quem não é índio? Se o índio tem a sua cultura própria, como não estigmatizar o “índio genérico” como disse Darcy Ribeiro?

De acordo com Castro, a questão parte da não banalização da ideia de “índio”, pois a condição de indígena, condição jurídica e ideológica, pode vir a “perder o sentido”. Segundo, índio não é “uma questão de cocar de pena, urucum, arco e flecha, algo de aparente e estereotipante, mas sim uma questão de ‘estado de espírito’” (CASTRO, 2006). Um dos aspectos culturais mais fortes dos povos indígenas diz respeito às relações de parentesco ou vizinhança de seus membros. Para os indígenas, a ideia de vizinhança serve para sublinhar que “comunidade” não é uma realidade com base na genética. Somente eles podem dizer quem é parente e, por conseguinte, serão índios aqueles que os índios acharem que são seus parentes e somente eles podem garantir isso (CASTRO, 2006). Tassinari, por sua vez, fala sobre as relações de reciprocidade estabelecidas entre as famílias, ou seja, a troca de bens ou alimentos entre as famílias implica em estabelecer e manter relações sociais (TASSINARI, 1995, p. 461). Essa relação de parentesco, que pode parecer peculiar aos olhos de nossa sociedade, marca um dos aspectos culturais mais importantes dos povos indígenas.

Apesar de ter sido considerada a ideia, o indígena não deixará de existir. O futuro apresenta uma perspectiva de um incremento demográfico as evidências da disposição desses povos “reafirmarem suas identidades e os valores societários que aí estão subjacentes” (OLIVEIRA e FREIRE, 2006, p.161).

Da mesma forma, sua cultura não deixará de existir. Segundo afirma Tassinari, “todos os aspectos relacionados à cultura indígena estão imbricados uns nos outros e que são aspectos de um mesmo e único processo: o da reprodução material e simbólica da vida social” e que cada povo segue a sua própria trajetória histórica, que nunca será igual a de outro povo, e por isso, “uma sociedade indígena passa por mudanças e não precisa mudar como a nossa sociedade e nem tornar-se igual a nós” (TASSINARI, 2006, p. 449-450).

Bibliografia

CAMINHA. **A carta**. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetaileObraForm.do?select_action=&co_obra=2003. Acesso em 2012.

CARVALHO, Maria Rosário. **Os índios pedem passagem**. Revista Ciência e Cultura (online), vol.59, no.2, São Paulo, p.29-31, abr-jun., 2007. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000200014&script=sci_arttext

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é.** 2006. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Índio: passado, presente e futuro.** In: Índios do Brasil 1 / Secretaria de Educação a Distância, Secretaria de Educação Fundamental. - reimpressão. Brasília MEC , SEED SEF, 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura. Demografia dos povos indígenas do Brasil: um panorama crítico. In.: PAGLIARO et al (org.). **Demografia dos Povos Indígenas no Brasil.** Heloísa Pagliaro, Marta Maria Azevedo e Ricardo Ventura Santos (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais/Abep, 2005. 192 p., tab., graf., mapas. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/qdgqt/pdf/pagliaro-9788575412541.pdf>

Pluralidade Cultural: Índios do Brasil. Quem são eles? Pernambuco TV - TV Escola, 2009. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=VOLy04zEeK8>

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Sociedades Indígenas: Uma introdução ao tema da diversidade cultural. (p.445-480) In: SILVA, Aracy L. da; GRUPIONI, Luis D. B. (org). **A temática indígena na escola.** Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

Para citar este artigo:

NUNES, Paulo Bocca. A construção da identidade indígena na sociedade contemporânea. **Revista Tempo Cultural** [on line]. Edição 1: Sapucaia do Sul, Aedos Editora, 2016. p. 64-71. Disponível em <<http://aedoseditora.com/revista-revista-litere>>.

Paulo Ricardo Bocca Nunes

Nasceu em Canoas, RS, em 1961. Graduado em Letras pela FAE-
-ISSE, de Sapucaia do Sul, RS. Especialista em Literatura e Cultura Brasileira
e Portuguesa pelo Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, SP.
Especialista em Cultura e História Indígena e Afro-brasileira pela Ulbra,
Canoas, RS. Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade, pela Universidade
de Caxias do Sul, RS. Doutorando em Processos Culturais, pela Feevale,
Novo Hamburgo, RS.



Trabalhou como ator, diretor teatral e contador de histórias desde
1983. Possui muitos trabalhos em espetáculos teatrais, TV e rádio. Tem
participação constante em feiras do livro, eventos literários e de contadores
de histórias no Rio Grande do Sul, no Brasil e no exterior.

Em 2011 tornou-se membro da Red Internacional de Cuentacuentos, com sede em Teneri-
fe, Espanha, que reúne contadores de vários países nos cinco continentes. Foi um dos criadores e
coordenadores do Festival de Contadores de Histórias promovido pela Biblioteca Lucília Minssen,
da Casa de Cultura Mário Quintana, Porto Alegre, que acontece desde 2008.

Atualmente é professor de Língua Portuguesa do ensino fundamental da rede municipal
de Novo Hamburgo, RS. Ministra cursos e palestras de contação de histórias e literatura infantil e
cultura regional.

Informações e Contatos

www.pauloboccanunes.com

pauloboccanunes@pauloboccanunes.com

Obras de Paulo Bocca Nunes:

Para a infância

- Os amigos de Elvira
- Marcos e o monstro
- O construtor de nuvens
- O guardador de estrelas

Poemas

- Serenata serena
- Entre Luas e mares

Contos

- Almas esquivas

Crítica literária

- Literatura infantil contemporânea: capacitadora de leitores críticos

Tradução

- A arte do contador de histórias, de Marie Shedlock

Acesse o site da editora

www.aedoseditora.com

Contatos

aedoseditora@aedoseditora.com

comercial@aedoseditora.com